

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.723 - PR (2018/0309018-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : REGIANE DA SILVEIRA DE ANDRADE**  
**ADVOGADO : FÁBIO AUGUSTO DE SOUZA - PR043147**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912**  
**AGRAVADO : CAIXA SEGURADORA S/A**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S)**  
**- PE016983**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por REGIANE DA SILVEIRA DE ANDRADE, em face de acórdão assim ementado (fl. 349):

ADMINISTRATIVO. SFH COBERTURA SECURITÁRIA. MORTE. DANO MORAL. CONDUTA ILÍCITA. CEF. INEXISTÊNCIA.

São três os elementos reconhecidamente essenciais na definição da responsabilidade civil - a ilegalidade, o dano e o nexo de causalidade entre um e outro.

Não comprovada conduta ilícita por parte da ré, bem como abalo moral relevante sofrido pela parte autora, descabe acolher o pedido de indenização por danos.

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação dos arts. 186 e 927 do Código Civil; 14, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor; e 5º, V e X, da Constituição Federal. Pretende "seja reconhecido o dano extrapatrimonial suportado (...) em detrimento da negativa do seguro" (fl. 381).

Passo a decidir.

A Corte Estadual, com base nos fatos, provas e conteúdo contratual dos autos, assim se pronunciou (fl. 356):

A indenização a título de danos morais pleiteada pela parte autora lastreou-se na afirmação de que "já enfrentando a dor da morte de seu esposo, tendo que cuidar de duas crianças pequenas, passando por dificuldades para sustentar a família e pagar as contas do lar, surpreendentemente, enfrentou recusa da seguradora em

disponibilizar o seguro decorrente de sinistro por causa morte do de cujus" (ev1, inic1, fls 14/15).

Ora, sob minha ótica, a Caixa Seguros negou à parte autora a cobertura securitária, pois, conforme destacou-se por ocasião da apreciação do pedido de antecipação de tutela (ev4), da apólice do contrato de seguro "foram previstas certas condições especiais de "não cobertura", dentre elas a exclusão da garantia quando o sinistro ocorresse sem a habilitação do condutor do veículo (ev. 1, CONTR8-9):

(...)

Portanto, por verificar que a negativa da seguradora foi lastreada na interpretação de cláusula de apólice de seguros, que perfunctoriamente nada tinha de ilegal, entendo que não resta configurado ato ilícito - o qual, por sua vez, é um dos requisitos da responsabilidade civil.

O acolhimento das razões do recurso demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, bem como o reexame de matéria fática, procedimentos que encontram óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte.

Acrescente-se que não foram devidamente impugnadas as razões expostas pela origem, acima transcritas, sendo inviável o provimento do especial, também, por aplicação da Súmula 283/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora